

DOCUMENTAÇÃO

A complexidade síria, vista do Líbano

No Líbano, que tradicionalmente mantém estreitas relações com a Síria, os acontecimentos neste país são seguidos com paixão, e há, quase diariamente, manifestações a favor do presidente Bashar al-Assad ou da oposição.

As manifestações de apoio à oposição englobam muitas bandeiras e grupos. Por um lado, estão todos aqueles que procuram que terminem as matanças e sejam convocadas eleições. Mas, entre eles, distinguem-se claramente os salafistas, um grupo fundamentalista islâmico sunita, que promove a *sharia* como lei suprema e a nação islâmica que une todos os países muçulmanos. Assim aconteceu igualmente noutros países árabes, como o Egito ou a Líbia.

Receio entre os cristãos

Por seu turno, existe receio entre os cristãos sírios pois, no meio dos protestos populares, infiltram-se estrangeiros com outros objetivos diferentes da democracia reclamada. Mons. Jean-Clément Jeanbart, Arcebispo da Igreja Católica Greco-Melquita de Alepo-Síria, revela a sua preocupação pela falta de cobertura internacional ou investigação séria quanto a “infiltrações de extremistas e mercenários vindos da Turquia, Iraque, Jordânia, Líbia, Paquistão, de ex-combatentes do Afeganistão... No estrangeiro, observamos que o Ocidente se limita a descarregar a sua fúria contra o presidente, enquanto que, no interior, surgem grupos islamistas armados a semear o terror e a morte em várias zonas do país. Infelizmente, muitos milhares de civis inocentes e de militares foram vítimas do ódio e da hostilidade destes grupos. Em seguida, foram selvaticamente torturados, mutilados e assassinados” (www.kipa-apic.ch, 4-2-2012).

Jeanbart testemunha que a maioria dos sírios, os cristãos em primeiro lugar, pede reformas profundas e mudanças significativas no Governo do país: “em primeiro lugar, a supressão da ditadura de partido único e uma democracia edificada sobre uma verdadeira liberdade que respeite os direitos inalienáveis de todos.” “Mas também é verdade que

muito poucos sírios desejam uma mudança brusca que conduza o país para um banho de sangue, um vazio desastroso e uma grande desolação”.

O Governo sírio de Bashar al-Assad define-se como “laico”, isto é, que não dá prioridade a nenhuma confissão religiosa e se caracterizou pelo respeito pelas minorias. Por outro lado, a sua forma de Governo de partido único impediu a passagem à democracia. Com a última reforma da Constituição, aprovada oficialmente em referendo a 25 de fevereiro, foi mostrada uma certa abertura, limitando o mandato presidencial e dando a possibilidade da existência de outros partidos.

Apoios e críticas a partir do Líbano

Não existe uma posição oficial do Líbano relativamente ao conflito sírio. O Governo libanês não vai fazer uma declaração, pois sabe que quaisquer afirmações desencadeariam violência interna.

É por isso que permitem tanto as manifestações a favor como contra o regime de Assad, as quais têm lugar quase diariamente no centro de Beirute. Por outro lado, não falta a ajuda humanitária para os refugiados, que ascendem a mais de 7.000, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Entre os que apoiam Assad no Líbano, encontra-se o Hezbollah que, durante anos, recebeu a ajuda militar da Síria e do Irão para defender as fronteiras libanesas contra Israel. A isto, acresce que a Síria é a sua fronteira principal para o comércio.

O partido do general Michel Aoun e, com ele, grande parte dos cristãos do Líbano, não veem uma alternativa a Assad na oposição. Aoun adverte que aquilo que se instalaria em Damasco não seria uma democracia, mas o fundamentalismo islâmico, se os salafistas chegassem ao poder. Explica que estes não acreditam “nas fronteiras nacionais, mas apenas na *oumma*, isto é, no povo árabe, no Islão sem fronteiras, pois é o mundo inteiro que querem converter” (www.lorientlejour.com, 9-03-2012).

Isto não significa que as opções sejam Assad ou o fundamentalismo islâmico. Faz falta um cessar-fogo entre o exército sírio e a oposição, e uma mesa de diálogo. Mas para isso acontecer, é necessário que ambas as partes o queiram. Todavia, o que não está a funcionar é a pressão internacional para que o Governo sírio caia, o que poderia deixar o poder entregue aos grupos armados que não se sabe que garantias de democracia oferecem, nem demonstram vontade de diálogo...

O diálogo com uma oposição dividida

A complexidade da situação síria e a diferença entre as palavras e os factos ficaram patentes, ultimamente, nas atitudes do Governo de Assad e nas discrepâncias no Conselho Nacional Sírio, principal grupo da oposição.

Bashar al-Assad transmitiu, a 13 de março, ao enviado especial da ONU, Kofi Annan, as respostas às “propostas concretas” que este lhe fez na sua missão de paz a Damasco. As propostas preconizavam um cessar imediato das violências e das mortes, garantir o acesso às organizações humanitárias e um diálogo com a oposição. As respostas foram entregues à ONU para estudo.

Porém, entretanto, o exército respondia à sua maneira, com uma ofensiva geral que levou à reconquista da cidade de Idlib no norte do país. Por sua vez, Assad convocou e realizou eleições legislativas em 7 de maio, contestadas pela oposição.

Até maio deste ano, as violências provocaram mais de 11.000 mortos, segundo o Observatório sírio de direitos humanos. A ONU contabilizou 65.000 sírios que procuraram o exílio, e há dezenas de milhares de deslocados que tiveram de abandonar os seus lares e se movimentam no interior do país.

As notícias sobre ações criminosas – como o assassinio de meia centena de mulheres e crianças em Homs, e o aparecimento de 23 cadáveres amarrados – não podem ser confirmadas, devido às medidas draconianas impostas pelas autoridades à imprensa estrangeira para cobrir a crise. O Governo atribui a responsabilidade às forças insurgentes, e estas atribuem-na ao exército ou a milicianos alauítas favoráveis ao regime.

Entre a fragmentada oposição continuam as divergências. Três figuras de prestígio do Conselho Nacional Sírio (CNS) apresentaram a sua demissão, devido às divisões e à ineficácia do Conselho. Uma delas, Catherine al-Telli, militante pelos direitos humanos, declarou que as três personalidades não querem ser mais “cúmplices do massacre do povo sírio, devido aos atrasos, manobras, armadilhas, demagogia e o monopólio das decisões” no CNS.

Acusou inclusivamente o CNS de estar “ligado a planos estrangeiros que procuram prolongar a batalha, à espera (...) de que o país se veja afundado numa guerra civil”.

Criado em agosto de 2011 na cidade turca de Istambul, o CNS, que exige a retirada do presidente Bashar al-Assad, é o grupo mais importante dos opositores ao Governo. É uma coligação onde se encontram desde islamistas a liberais. Dirigido até recentemente por Burhan Ghalioun, opositor residente em França, que se demitiu, o CNS é criticado pela sua incapacidade para coordenar a ação no terreno e pela grande influência que têm os Irmãos Muçulmanos no Conselho.

De momento, o Governo de Assad esmaga os focos rebeldes e organiza manifestações em homenagem ao presidente. Mas os confrontos entre a minoria alauíta governante – 10% da população – e os outros grupos, assim como a proliferação de armas, não auguram uma futura pacificação. Além disso, o regime gere uma economia asfixiada pelas sanções internacionais, algumas cidades destruídas, uma população empobrecida e um isolamento diplomático, igualmente entre os países árabes.

J. M.

Crescem, na China, ameaças e pressões sobre bispos católicos

O regime chinês tem vindo a deter bispos católicos para os obrigar a participar em ordenações ilícitas.

Apesar de ter posto em liberdade dissidentes conhecidos, como Ai Weiwei e Hu Jia, Pequim não deixa de reprimir as liberdades, e assanha-se especialmente contra os católicos. É uma pena que não se tenha tornado realidade a esperança suscitada pelos Jogos Olímpicos, nem muito menos a aproximação ao Vaticano que começou depois da eleição de Bento XVI, o qual não poupou gestos afetuosos para com o povo chinês.

Desde logo, tanto a Santa Sé, como, sobretudo, os próprios católicos que vivem na China, reagem cada vez mais energicamente contra os abusos. A política oficial tem recrudescido de uma dureza saída das catacumbas.

Ordenações episcopais desautorizadas pela Santa Sé

Há alguns meses, o departamento de imprensa do Vaticano emitiu uma clara declaração sobre a ordenação episcopal sem mandato apostólico de Paolo Lei Shiyin na diocese de Leshan (província de Sichuan). Além de recordar as sanções canônicas estabelecidas – também para os bispos consagrantes –, referia que os mesmos não têm autoridade para governar essa comunidade católica, nem a Santa Sé os reconhece como bispos. Como em ocasiões semelhantes, o comunicado referia-se à profunda dor do Papa Bento XVI, “que envia aos queridos fiéis da China palavras de alento e esperança, convidando-os a rezar e a estarem unidos”.

Não são aceitáveis, num país que aspira a ser um dos líderes mundiais, as fortes pressões – físicas também – que bispos, sacerdotes e fiéis recebem, em plena comunhão com Roma, para fazer com que atuem contra a sua própria vontade. Como salientava outro comunicado da Santa Sé, em finais de 2010, Pequim não renuncia ao “desejo persistente de controlar a esfera mais íntima da vida dos cidadãos, isto é, a sua consciência, e de interferir na vida interna da Igreja Católica”. Sem dúvida, trata-se de graves violações dos direitos humanos, nomeadamente da liberdade religiosa e de consciência.

Essa opressão repetiu-se com a ordenação episcopal do sacerdote Joseph Huang Binzhuang na diocese de Shantu. Quatro bispos foram detidos pela polícia e levados contra a sua vontade à cerimónia. Um deles sofreu sérias lesões por parte da polícia, segundo informou Bernardo Cervellera, diretor da agência Asia-news. Pelo contrário, os católicos de Liaoning, onde se pretendia fazer algo semelhante, reuniram-se com o seu bispo, durante dia e noite na catedral, e impediram que o mesmo fosse obrigado a presidir à ordenação.

Segundo fontes da diocese de Meizhu (província meridional de Guangdong), reveladas pelo jornal “Le Monde”, o bispo local, Liao Hongqing, que reconhece a autoridade de Bento XVI, abandonou a sua catedral para se esconder das autoridades. Mas a polícia deteve-o poucos dias depois, confiscou-lhe o telefone, e levou-o, à força, para Shantu.

A situação das dioceses não é uniforme, conforme explica “La Croix”: sobre Leshan, Roma reprova ao bispo designado por Pequim, além dos seus laços demasiado políticos com o regime, o seu poder financeiro e questões de costumes. O problema de Shantu é muito diferente, porque a diocese dispõe já de um bispo, Pierre Zhuang Jianjian, ordenado secretamente, sem reconhecimento governamental, e submetido a vigilância.

Momentos de especial tensão entre Estado e Igreja

Na opinião de alguns bispos chineses, está a regressar-se à situação dos anos 50, altura em que aconteceu a rutura de relações diplomáticas entre a Santa Sé e a República Popular da China. É cada vez maior o protagonismo dos dirigentes da

igreja patriótica, que se escudam na necessidade urgente da evangelização. Existe receio de Pequim em relação ao mal-estar e espírito de protestos sociais que crescem no país. Mas essa repressão oferece o contraste de uma especial atividade dos crentes, cada vez mais convencidos de que os seus direitos acabarão por ser respeitados.

“Estamos num momento crítico – sublinha Régis Anouil, diretor de “Églises d’Asie”. Antes, os católicos chineses apoiavam os seus bispos com discrição, mas hoje afirmam abertamente os seus laços com Roma. É algo novo. Parecem-lhes excessivas as diretrizes de Pequim e querem que os seus direitos sejam ouvidos. Têm consciência de que, unidos, podem conseguir muitas coisas”. De facto, como recorda “La Croix”, numerosas páginas *web* diocesanas publicaram a condenação da Santa Sé pela ordenação ilegítima do bispo de Leshan. “Os próprios fiéis”, acrescenta Bernardo Cervellera, “pediram à Santa Sé que fale mais claramente e publique a condenação, assim como o texto legislativo sobre as ordenações ilícitas anteriores”.

Apesar das dificuldades, os católicos – pouco mais de um por cento da população chinesa – vivem a sua fé cada dia com mais entrega e serenidade, e promovem abundantes iniciativas de evangelização. O Governo de Pequim conta com o tempo e com a capacidade de esquecimento do Ocidente, que mal se recorda já do Nobel da Paz, Liu Xiaobo. Mas essa atitude não será eficaz em matéria de liberdade religiosa, menos ainda em relação à Igreja Católica, que tantas mostras deu de saber esperar.

Segundo afirmou Bento XVI em audiência geral, “os chineses católicos, como disseram muitas vezes, querem a unidade com a Igreja universal, com o Pastor supremo, com o Sucessor de Pedro. Com a oração, podemos conseguir que a Igreja na China continue a ser una, santa e católica, fiel e firme na doutrina e na disciplina eclesial”.

S. B.